



CONSCIÊNCIA HISTÓRICA COMO DIDÁTICA PARA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO CÍVICA NO REGIME MILITAR

Diogo da Silva Roiz (UEMS-PARANAÍBA)¹

Aline Thaís dos Santos Nascimento (UEMS-PARANAÍBA)²

RESUMO: O artigo em questão é um relato de experiência fruto de um trabalho desenvolvido na disciplina “Cultura Escolar e Consciência Histórica: temas e procedimentos” ministrada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, nível de Mestrado, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campus de Paranaíba-MS. A proposta seria aplicar na pesquisa em desenvolvimento “*Ensino de Cidadania nas Documentas do Conselho Federal de Educação (1962-1968)*” o conceito de consciência histórica na perspectiva de Jörn Rüsen na análise da fonte documental produzida em forma de revista pelo Conselho Federal de Educação titulado *DOCUMENTAS*. Espera-se reler o passado a partir das operações mentais de aprendizagem histórica, quiçá extrair um sentido às práticas educacionais para a formação do cidadão. A grande maioria das pesquisas sobre educação no Regime Militar, concluíram (e não erroneamente) que os órgãos educacionais serviam como aparelho ideológico do Estado Totalitário. Esta pesquisa buscará aparta-se das narrativas totalizantes para entender os “bastidores”, ou seja, o que perpassou às pesquisas até então produzidas, a princípio, reduziremos a escala de análise. Sabemos que é impossível extrair da análise documental uma verdade, mas a partir de outra vertente, podemos trazer à baila aspectos pouco explorados sobre a educação na ditadura militar. Elegemos alguns pareceres dos conselheiros, pois revelam suas subjetividades, suas vontades, fatos que podem nos levar a uma nova narrativa histórica.

Palavras-chave: Consciência histórica; educação; cidadania; Regime Militar.

¹ Diogo da Silva Roiz UEMS diogosr@uems.br.

² Aline Thaís dos Santos Nascimento UEMS aline_thais@hotmail.com

Introdução

O presente relato de experiência advém de um trabalho desenvolvido na disciplina “Cultura Escolar e Consciência Histórica: temas e procedimentos” ministrada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Mestrado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campus de Paranaíba-MS.

A proposta da disciplina era trabalhar os conceitos de Cultura Escolar e Consciência Histórica, com o intuito de apresentar aos alunos os conceitos e traçar novas possibilidades à pesquisa a ser desenvolvida, proporcionando-lhes novas ferramentas para a análise de suas fontes.

A pesquisa histórica que se pretende fazer nas fontes documentais produzidas pelo Conselho Federal de Educação tem por escopo a imersão numa fração de tempo histórico de sua atuação para entender as diretrizes educacionais praticadas para a formação do cidadão. O conceito de consciência histórica dialoga com os objetivos da pesquisa, pois nos permite a análise das narrativas individuais dos membros do Colegiado acima mencionado.

Este relato de experiência indica o início do caminho a ser percorrido na pesquisa, qual seja, a análise da narrativa dos pareceres dos membros do Conselho Federal de Educação entre os anos de 1962-1968.

A interpretação de documentos históricos na perspectiva didática de Jörn Rüsen

Os estudos de Jörn Rüsen quanto a sua teoria de didática do ensino de história revelam que o autor tinha uma preocupação com a forma com que se ensinava tal ciência. O autor com formação em história, filosofia, antropologia e historiografia se preocupava em dar um sentido prático ao conhecimento histórico dos indivíduos.

Embora haja críticas quanto às práticas didáticas proposta pelo autor por causa de não ter o mesmo atuado como professor do ensino fundamental e médio, é

inegável que sua teoria vem despertando interesses no campo da pesquisa em países como Portugal, Inglaterra, Espanha, Canadá e Brasil (PINA, 2015)

Para Rusen a consciência histórica é uma ferramenta que serve de orientação para aprendizado histórico, não apenas como um processo cognitivo, mas também por estabelecer uma competência de experiências, de interpretação e orientação dos indivíduos para estabelecer um diálogo entre o tempo passado- presente-futuro (SCHMIDT, 2011).

Para a pesquisa que pretendemos desenvolver, sobre as diretrizes educacionais do Regime Militar para a formação do cidadão, as práticas didáticas de Rüsen se enquadram perfeitamente ao que se pretende, uma vez que temos que nos abster da construção da Identidade Nacional e todos os mitos que tais saberes nos ofereceram para desconstruir esse período de tempo e construir a nossa consciência histórica sobre as práticas curriculares dos anos ditatoriais.

A forma de ensinar história no Brasil é marcada pelo perfil da construção da Identidade Nacional, marcada por muitos mitos tornando-se por vezes até mesmo dogmática demais (FIORIN, 2009).

Já a teorização da didática de história por Rüsen na Alemanha para a construção do pensamento histórico não comportava a mesma vertente praticada no Brasil, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial, não haviam “heróis” a serem enaltecidos nem mesmo miticamente, mas sim uma vergonha a ser escondida, necessitava-se (re)construir uma história nacional, dessa forma as práticas de construção da consciência histórica nos moldes rusenianos foram bem aceitos.

Pois bem, se traçarmos um comparativo entre o Pós Guerra alemão e os anos ditatoriais, guardada as devidas proporções, também temos uma *vergonha* a encobrir, dessa forma estudar esse período de tempo destituindo-se da ideia dos mitos apaixonados ou odiados da ditadura militar se faz necessário para um *novo olhar* sobre o ideal educativo do regime militar.

O desenvolvimento do raciocínio ruseniano na análise de fontes documentais históricas seria, por exemplo, criar condições mentais para que o

indivíduo/pesquisador/educando consiga através de sua cultura histórica desmistificar o período a que se refere determinada fonte histórica. Tal habilidade tem que ser desenvolvida nas técnicas de ensino, mas este procedimento não está ligado somente ao interior das escolas, uma vez que, como sujeitos históricos alimentamos os saberes ao longo de nossas vidas, no seio familiar, na religião que se pratica, na vida social etc.

A consciência histórica para Rüsen é uma forma elaborada e complexa da memória histórica, é “o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro” (Rüsen, 2009 p- 168).

É através do aprendizado histórico que Rüsen apresenta as formas de competências narrativas da consciência histórica, essas narrativas são operações mentais que se apresentam em quatro formas/tipos diferentes e interligadas: consciência do tipo tradicional, consciência histórica do tipo exemplar, consciência histórica do tipo crítico e do tipo genética. (RÜSEN, 2011).

Essas operações mentais orientam o indivíduo de alguma forma: a consciência *tradicional* é aquela em que o sujeito utiliza de tradições para pensar o passado reafirmando determinados padrões; a do tipo *exemplar* leva o sujeito a tentar validar regras gerais de valores materializados culturalmente que dão validade a várias situações; a consciência crítica é aquela em que o sujeito faz um corte com o passado, relativizando-o e dando novo significado a este e a consciência do tipo *genética* o pensamento do sujeito vai além de romper com o passado, nesta o indivíduo rompe com as tradições e modelos existente e propõe uma transformação para o futuro (RÜSEN, 2011).

Todas as formas de consciência histórica não se apresentam estática e isoladamente na vida de quem a constrói, na perspectiva do autor a narrativa histórica tem o condão de orientar a vida prática no tempo, mobilizando a memória da experiência temporal por meio do desenvolvimento do conceito de continuidade, daí a importância de se ensinar e aprender a *pensar historicamente* (SCHMIDT, 2005).

Em análise a duas Notas de abertura da revista DOCUMENTA N.22, V. I, publicado em janeiro de 1964 pelo Conselho Federal de Educação vislumbramos discursos que perpassam os tipos tradicional e crítico da consciência histórica.

No discurso sobre ENSINO SUPERIOR, o secretário geral Celso Kelly, numa visão tradicional e preocupada com a interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é catedrático em afirmar que toda instituição de ensino seja ela pública ou privada, deve subordinação ao Conselho Federal de Educação, o secretário explica a sua preocupação salientando que o estabelecimento federal antes estava fora do pronunciamento de quaisquer órgãos colegiados, submetiam-se tão somente à Lei que o criava (DOCUMENTA 22, p. 5-7, 1964).

Em sua narrativa Celso Kelly faz uma interpretação literal do artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/1961 – redação original) para afirmar que todo estabelecimento de ensino, subordina-se ao Conselho Federal independentemente de ser federal ou particular. Embora o discurso seja benevolente quanto aos cursos chamados artísticos (entendidos como aqueles que não diplomavam profissões regulamentadas) o secretário a pretexto de exercer controle deixa claro que embora tais cursos não dependam e um currículo mínimo o Conselho poderá examinar todos os aspectos de seu funcionamento “*inclusive os curriculares, ou conceder créditos e liberdade de iniciativa até onde a entidade lhe merecer confiança (...)*” (DOCUMENTA 22, p. 7, 1964).

A narrativa do conselheiro secretário quando somente valida o controle do Conselho sobre todos os cursos superiores, sejam eles os reconhecidos como formadores de profissionais “que diplomavam”, ou “cursos de artes que conferiam certificados de valor apenas cultural” declara uma consciência histórica que dá continuidade ao passado – ou seja – tradicional, há certa benevolência com os “cursos de artes” quando o autor declara que devem seus diplomas serem reconhecidos, mas o pensamento não ultrapassaria uma consciência no máximo exemplar revelando uma cultura já materializada e “aceita” socialmente. Vejamos:

Estabelecimento de ensino superior é o que ministra curso superior. E curso superior é o que se faculta aos que já fizeram ciclo colegial (ou equivalente). A essa condição, meramente formal junta-se outra: a de que o curso se baseia em estudos científicos e artísticos. Várias

escolas superiores se situam nessa hipótese: as escolas de belas artes, as faculdades, as faculdades de política e economia, as escolas de Administração de Empresas que funcionam na capital paulista, e várias de arte, espalhadas pelo país a fora. Parece-me legítimo que assim seja: o ensino superior assume cada vez mais progresso e desenvolvimento dos povos, e desfruta de extraordinário prestígio sobre a opinião pública. As escolas dêsse grau não devem multiplicar-se ao acaso. Quer diplomem em profissões regulamentadas, quer expeçam diplomas ou certificados de valor apenas cultural, integram um sistema em que as demais escolas obedecem a preceitos fundamentais. Porque excluir aquelas escolas do mesmo cuidado com que se preserva o público, dando-lhe a presunção de escolas satisfatórias? Autorizá-las e reconhecê-las, bem como admitir o registro de seus diplomas, não conduzem a privilégios: êstes emanam exclusivamente de lei, e só o Congresso poderá elaborá-las.

O pensamento acima não causa estranheza ao pesquisador que já espera extrair dos documentos oficiais do Regime o tradicionalismo, considerando às formas de atuação historicamente conhecidas do Regime Militar brasileiro.

Analisando outra nota publicada no mesmo exemplar com título de CIÊNCIA E PROGRESSO, de autoria do conselheiro Mauricio Rocha e Silva, cujo pronunciamento se deu na sessão inaugural da XV Reunião anual da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), percebemos um discurso dotado de uma construção crítica acirrada sobre o baixo incentivo financeiro destinado do governo para a pesquisa científica:

A luta da S.B.P.C. – Há alguns anos atrás, quando insistíamos em que base do desenvolvimento do País estava na ampliação de SUS quadros cinetíficos e que um elemento primordial para esse desenvolvimento seria o progresso da ciência e sobretudo da investigação científica, em todos os setores do saber humano, muitos achavam graça e não ligavam a menor importância [...]

É de se registrar que recebemos auxílios do Conselho Nacional de Pesquisas, da C.A.P.E.S. e de alguns Governos estaduais mais compreensivos. Mas esses auxílios forma sempre mínimos, se considerarmos o serviço prestado ao País pelas Reuniões da S.B.P.C. e, sobretudo, se compararmos com os milhões que sempre foram gastos no Brasil para a realização de congressos, simpósios grandiosos, que se davam ao luxo de trazer, simultaneamente, grandes nomes da ciência universal, alguns prêmios Nobel, que realizavam 2 ou 3 conferencias para poucos eleitos que os podiam compreender.

Aristocratas da ciência – Admito até que tais atividades possam ser interessantes para o desenvolvimento do País e eu, particularmente, me sinto um daqueles que tiraram proveito da vinda de alguns desses

luminares da ciência universal, ao Brasil. Mas o que nunca me pareceu razoável é que as instituições que financiam tais emprêsas, gastem milhões para a vinda desses grandes nomes da ciência universal e reservem apenas migalhas, apenas, para subvencionar os congressos da S.B.P.C. onde são lidas de 400 a 600 contribuições dos nossos cientistas. Quando alguns daqueles simpósios de interesse muito limitado dispendiam 3 a 7 milhões de cruzeiros, as Reuniões da S.B.P.C., com a participação de centenas ou milhares de cientistas brasileiros, dispendiam 200 mil a 300 mil [...]

Se menciono esses casos que poderiam ficar atrás das cortinas, é porque ilustram eles essa espantosa dualidade de atitudes do ambiente cultural brasileiro. De um lado, de um grupo de aristocratas da ciência que tudo tem, que tudo podem fazer e obter dentro e fora do País, e de outro a arraia miúda que vive de esmolas [...].

Nota-se pelo excerto acima que narrativa do conselheiro Rocha e Silva ultrapassa, na perspectiva de Rusen, o tradicionalismo, vez que busca romper com práticas do passado, almejando uma mudança, sua consciência crítica visa desconstruir o modelo de financiamento de pesquisas científicas existente, que privilegia um pequeno grupo de cientistas em detrimento de outro (S.B.P.C) que contribui muito para as pesquisas nacionais (DOCUMENTA 22, p. 18-30,1964).

Dessas análises podemos perceber como a construção da consciência histórica é volátil no sentido de termos discursos tão diversos, no mesmo período de tempo de membros do mesmo conselho. É preciso, ou pelo menos interessante, investigar o que ficou a margem das pesquisas em história da educação sobre o período de vigência da Ditadura Militar.

Embora exista uma narrativa histórica que apresenta o Conselho Federal de Educação apenas e tão somente como aparelho ideológico do Estado. Há fatos não vasculhados não podemos desconsiderar a riqueza e diversidade de pessoas/membros que compunham os órgãos, podemos nos abster de reproduzir pesquisas estanques e totalizantes.

Considerações finais

Extraímos dessa sucinta análise a importância da investigação no ensino/aprendizagem da história, com o intuito de criar possibilidades para que os educadores, educandos e pesquisadores repensem conceitos, desconstruam a

narrativa *histórica dada* a fim de conseguirem construir sua consciência histórica sem a passividade de meros acumuladores de informações (SCHMIDT, 2003).

A competência de poder dialogar/interpretar fontes históricas para a orientação da vida prática proporcionada pela teorização de Jörn Rüsen contribuiu com os objetivos da pesquisa em desenvolvimento: Ensino de Cidadania nas Documentas do Conselho Federal de Educação (1962-1968), vez que sua matriz disciplinar (interesses-ideias-metodos-formas-funções) será uma ferramenta importante para a reflexão do momento histórico a ser estudado.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTA: Conselho Federal de Educação, n.22, v. I, Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Tupy Ltda, 1964.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso. ISSN 2176-4573, n. 1, 2009. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002>> Acesso em 03.10.17

PINA, Max Lanio Martins; O ensino de história na perspectiva de Jörn Rüsen. Revista História UGD – Anápolis, v.4, n.1, p. 284-292, jan./jun.2015. Disponível em <<file:///D:/Documents/Meus%20Documentos/Downloads/3207-12024-1-PB.pdf>> Acesso em 30.08.17

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. História da historiografia, n. 2, p. 163-209, 2009. Disponível em <<https://hh.emnuvens.com.br/revista/article/view/12>> Acesso em 10.10.17

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. Cad. CEDES, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 03.10.17